

AMOR E CASAMENTO: UM ESTUDO COMPARATIVO NA ROMA IMPERIAL.

Guaíra Moreira Camilo de Melo*
Orientadora: Marinalva Vilar de Lima**

Há um primeiro fato que nunca devemos esquecer: aos olhos dos romanos, os amores, sob todos os aspectos – amor conjugal ou paixões juvenis, tentações de todo tipo, do coração e da carne –, não são atinentes a uma única regra moral. O ato de amor em si não poderia ser julgado bom ou mau; seu valor em bem ou em mal depende apenas do objeto como qual se realiza e das conseqüências que acarreta. (GRIMAL, 1991 p. 6.)

O presente ensaio busca abordar o sentido moral atribuído ao Amor e ao Casamento na Roma Imperial. Neste sentido, nos fundamentamos em autores como Carcopino, Grimal e Veyne, especialistas na História Romana, com o objetivo de comparar o enfoque dado ao tema “amor” nas diferentes obras estudadas. Analisando-se o conceito de casamento para os Romanos durante o Império. Estes autores nos mostram que amor, casamento e mulher são temas que se relacionam entre si.

Ao estudar Roma antiga, faz-se importante observar o fato de o tema “amor” ser constantemente mencionado em sua história desde sua fundação. Embora tal sentimento esteja muito presente em Roma, não é encontrada, em suas histórias de fundação, nenhuma “mulher sensata”, como afirma Grimal. Todos os exemplos são de mulheres movidas pelo amor. Como o autor afirma: “Nas lendas das origens só encontramos fúrias, criaturas insignificantes ou prostitutas vulgares. O amor nobre, desinteressado, a ternura serena, só são mencionados porque os homens precisavam ter mãe ou nutriz”. (GRIMAL, 1991 p.23.)

Partindo de seu surgimento, A principal lenda de fundação de Roma é a Eneida. Nesta história, Anquises, o sobrinho do rei troiano Laomedonte, foi alvo da paixão de Vênus (Afrodite para os gregos), a deusa do amor. Com Vênus, Anquises tem um filho, Enéias que, futuramente, será uma figura de suma importância para Roma. Com a tomada de Tróia, Enéias deixou a cidade levando consigo seu pai e seu filho ainda criança, Ascânio. Sua esposa, Creusa, foi deixada em Tróia, morrendo sozinha na cidade

* Ex-graduanda do curso de História pela Universidade Federal de Campina Grande e atual graduanda do curso de Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba.

** Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e atual professora adjunta do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

condenada. A atitude de Enéias de abandonar sua esposa, embora possa ser tida como cruel para nossos olhares atuais, não pode, dentro de seu contexto, ser interpretada dessa forma, visto que salvar seu pai e seu filho e prezar pela sua raça era uma atitude vista como dever divino, enquanto que seu sentimento por Creusa não passava de um amor humano, sendo o sacrifício desta algo que feriria apenas seu coração, ou seja, algo de menor importância, tendo em vista seu objetivo de chegar à Terra Prometida. (GRIMAL, 1991. p 14-15)

Enéias, mais uma vez, prefere o futuro de sua raça aos seus sentimentos ao encontrar-se com Dido, Rainha africana que acolheu a ele e a seu grupo de náufragos em sua cidade. Compelidos por Vênus e Juno, respectivamente, Enéias e Dido acabaram por descobrir, um no outro, o amor. No entanto, lembrado pelos deuses de seu dever, Enéias partiu em busca da Terra Prometida, deixando para trás Dido que, de fúria e vergonha, escolhe a morte. Mais uma vez, a atitude de Enéias faz jus aos costumes da época. “E o que era a morte de uma mulher diante da fundação de Roma?” (GRIMAL, 1991 p. 18) diz Grimal, reafirmando ser mais importante na época, a criação de uma nação e o futuro de um povo, ao amor humano.

Mais adiante, na fundação do Estado Romano, temos conhecimento da história da Vestal Réia Sílvia e de seus filhos, Rômulo e Remo. A história de Réia Sílvia conta que, condenada por seu tio, Amúlio, usurpador do trono de seu pai, a moça foi dedicada ao culto da deusa Vesta, culto este que obrigava suas seguidoras à castidade, impedindo-as de terem filhos. Sem filhos, Réia não poderia ameaçar o reinado de Amúlio, pois não poderia prover herdeiros para o trono. No entanto, seduzida pelo deus Marte, Réia deu à luz a Rômulo e Remo, futuros fundadores da cidade de Roma.

Liderados por Rômulo, seus companheiros, que buscavam uma pátria onde pudessem se estabelecer, refugiaram-se no Capitólio. Para fundar uma cidade, no entanto, eram necessárias as mulheres. Estas foram encontradas no país vizinho. Foi sob o disfarce da realização de jogos em homenagem aos deuses, que os companheiros de Rômulo convidaram os habitantes das aldeias vizinhas a reunirem-se no Grande Circo situado entre o Palatino e o Aventino. Foi durante a realização dos jogos, quando todos estavam lá reunidos que o grupo de Rômulo apoderou-se de todas as moças presentes para fazerem delas, suas mulheres. Seus pais, desarmados, não puderam vingar-se; então voltaram para suas aldeias enquanto suas filhas foram levadas à Roma e repartidas entre seus cidadãos.

Como forma de vingança, os Sabinos, liderados por Tito Tácio, planejaram invadir Roma. Para chegarem ao Capitólio, os Sabinos contaram com a ajuda de Tarpéia, filha do comandante da cidade que, movida por uma paixão pelo rei Tácio, mostrou-lhe um caminho desconhecido à cidadela de Capitólio, acreditando que, com isso, o rei a tomaria por esposa. Seguindo suas informações e obtendo sucesso, o rei dos Sabinos, no entanto, não se casou com Tarpéia, mas castigou-a com a morte por ter traído sua própria pátria.

Foram as eloqüentes palavras de ternura e amor dita pelos romanos às Sabinas que contribuíram para dar fim à guerra iniciada com a invasão de Tácio e seus homens. As jovens raptadas que agora, devido ao discurso de seus maridos, aceitavam sua posição de esposas, intervieram a seus pais e maridos em meio à guerra, suplicando pelo fim desta. Seguindo-se à trégua, os dois povos decidiram formar um só, tendo Roma como sede do poder e nomeando de “colegas” seus dois reis, o Sabino e o Romano.

Seja na história de Anquises e Vênus, seja na de Réia Sílvia, bem como na de Tarpéia ou das sabinas, as mulheres ocuparam importantes papéis na história da fundação de Roma. Segundo Grimal, “O nascimento de Roma assinalou a ascensão da mulher e instaurou o reconhecimento de valores quase inteiramente estranhos à idade heróica do mundo grego” (GRIMAL, 1991 p. 26.). Elas foram as mães e esposas que deram a seus filhos e maridos a oportunidade de estabelecerem uma Terra Prometida, de fundarem a Roma que serviria de berço para um povo que realizara e realizaria inúmeras conquistas na história do mundo.

Quanto ao amor, Grimal mostra-nos uma atitude ambígua dos romanos ao longo de sua história, pois deste amor tanto imperial como divinizado e cheio de respeito: “desconfiavam dele como de uma loucura, de uma perdição passageira, e ao mesmo tempo eram fascinados por seu poder, que os levava a pressentir seu caráter divino”. (GRIMAL, 1991 p. 319)

Na análise de Grimal podemos encontrar um imenso respeito existente na relação conjugal, bem como para com as mulheres, sejam estas casadas ou não. A nudez, vista como sagrada, revelava o mais íntimo do ser e ao amor, ato sagrado, não era permitido ser profanado pelo olhar. O autor justifica a não inclinação do amor à satisfação de desejos carnis como consequência da crença em que esses atos eram resultados da intervenção divina.

Contraopondo-se ao ideal do deus Eros dos gregos, os Romanos tinham a Vênus. Enquanto o primeiro, homem, era caracterizado por seu espírito de ação e conquista, a segunda, uma mulher, era a imagem de bondade e zelo à maternidade. Este detalhe religioso mostra como os romanos, até mesmo em sua esfera divina, remetiam o amor a algo feminino. Era à mulher que pertencia o poder de amar e deixar-se amar. Era ela, a mãe e nutriz de tudo que triunfava perante a guerra e desarmava os heróis, como no exemplo das sabinas.

Com relação à instituição do casamento, Carcopino, Grimal e Veyne nos trazem diferentes pontos de vista acerca deste assunto. Enquanto Grimal nos traz essa imagem de casamento como uma “iniciação nas coisas divinas”, Veyne (1990), em seu panorama que traça um período que vai do século I a.C. até por volta do século II d.C, aponta a instituição privada do casamento como proibida para os romanos que viviam antes da era cristã; ainda que todos eles pudessem recorrer à instituição cívica do casamento, visto que não existia demasiada burocracia para a realização deste. Tanto que o autor chega a afirmar que somente o casal poderia ter realmente a certeza de que estavam casados.

Na análise de Veyne, naquela época, as pessoas casavam-se para esposar um dote e para ter herdeiros. As uniões eram realizadas racionalmente e não pelos sentimentos e, no fim da República, o casamento se tornara um instrumento político. “Era no casamento, respeitado ou não, que se afirmava o orgulho de uma casta” (GRIMAL, 1991 p. 270), concorda Grimal. Ainda que frágeis, os casamentos citados por Veyne, continuavam a ser essenciais à sobrevivência dessa sociedade.

A partir de certo momento, o estoicismo, filosofia de grande influência para os antigos, passou a pregar a nova moral acerca do casamento. A primeira moral dizia que casar era um dos deveres do cidadão; a segunda passava a dizer que os homens de bem só devem fazer amor com o objetivo de ter filhos e não para o próprio prazer. Com essa mudança de moral, o papel da mulher também ganhou um diferente espaço dentro do casamento.

Na velha moral, a esposa era apenas um instrumento para fazer-se cumprir o dever de cidadão. Sua posição era tal qual um dos demais elementos da casa, assim como os escravos, servos e filhos. O amor conjugal não estava pressuposto na condição deste casamento. Os esposos tinham apenas a obrigação de cumprir suas tarefas e se, além disso,

se dessem bem e desenvolvessem algum afeto um pelo outro, isto era visto como uma vantagem. Na segunda moral, a mulher já é vista como uma amiga, uma companheira para toda uma vida, ainda que fosse submissa a seu esposo.

A análise de Carcopino (1990) que vem contrapor-se às idéias de Grimal ao tratar de um amor carnal, acompanha Veyne em seus relatos acerca do casamento e da mulher dentro desta moral estoicista vigente. Primeiramente, o autor nos remete a três formas de casamento que existiam na Roma antiga: a *confarreatio*, uma oferenda solene a Júpiter Capitolino feita diante de um sumo pontífice e um sacerdote; a *coemptio*, uma venda fictícia da filha pelo pai ao marido; e o *usus*, onde após a coabitação ininterrupta entre um plebeu e uma patricia, os mesmos efeitos legais eram conferidos ao casal. A todas essas práticas, uma bem semelhante à praticada por nós hoje em dia se seguiu e passou a substituí-las.

Ao que se segue, o autor nos mostra a mudança de conceito de casamento durante o Império e a mudança do papel da mulher dentro do mesmo. Segundo este, diferentemente do que ocorria na época republicana, as mudanças de conceito e práticas do que era casamento em Roma, serviram para dar uma certa liberdade às mulheres do Império. Nesta dada época, como já citado, os casamentos eram baseados não no sentimento, mas na conveniência; no entanto, as mulheres já entravam no casamento em pé de igualdade moral e intelectual com o esposo, pois dispunham de dignidade e autonomia suficientes para criar a imagem de força de caráter tão venerada à época.

Carcopino nos traz uma imagem de mulher diferente da mostrada durante a primeira moral de apenas mais um elemento da casa, trazida por Veyne. As mulheres de Carcopino eram adoradas e tidas como heroínas, eram “uma das mais belas encarnações da grandeza terrena” (CARCOPINO, 1990 p.110). As esposas passavam uma imagem de dedicação, distinção e honestidade. Tidas como nobres e puras, muitos eram os casos de mulheres que preferiam morrer junto a seus maridos que deixá-los sozinhos em meio ao sofrimento. Como é o exemplo de Arria, a mãe, casada com Caecina Paetus que, não só foi capaz de cuidar de todos os preparativos fúnebres de seu filho sem deixar que seu marido tomasse conhecimento desta, pois estava muito doente na época, como também salvou o esposo da enfermidade de que padeceu o filho; e, mais futuramente, ao chegar a hora da execução de Paetus, por ordem de Cláudio, chegou a matar-se também.

Carcopino cita-nos Plínio, o Jovem, que, se por um lado, trazia Arria como grande modelo de mãe e esposa conservador, pregava um certo liberalismo dos pais para com os filhos, liberalismo esse que, ao fugir do poder dos romanos, por volta do século II d.C., acabou por criar uma geração de filhos mimados, indisciplinados e acostumados ao luxo; por outro lado, em sua própria vida conjugal, o que é observado é uma certa indiferença resultante de uma possível vingança à liberdade adquirida pelas mulheres, demonstrada por meio da frieza e descaso com relação ao sofrimento de sua esposa ao perder seu filho.

Os novos costumes de casamento em Roma descritos por Carcopino, muito se distanciam do conceito trazido por Grimal de divino e sagrado. Esses novos costumes tornaram-se responsáveis pela formação de mulheres bastante diferentes das descritas por Plínio, o Jovem. Mulheres que evitavam a maternidade visando à boa aparência, que rivalizavam com, traíam e abandonavam seus maridos sem pudor, tornaram-se comuns durante o Império. Essa “emancipação” feminina foi fator importante para a nova geração de casamentos estéreis em Roma. Sem filhos, as mulheres da aristocracia passaram a dedicar-se a funções tidas, até então, como masculinas. Juvenal critica esse comportamento e vem a elogiar aquelas mulheres que, ainda submissas, “não compreendiam tudo o que liam” (CARCOPINO, 1990. p.116). Grimal justifica isto que ele vem chamar de “pessimismo” contido no discurso de Juvenal e demais romanos da época como despeito de homens que, ao sonhar as mulheres como demais onipotentes, decepcionavam-se com a realidade.

Decerto as mulheres ocupavam, como esposas, um papel fundamental na organização da sociedade romana. Fica clara, em muitos casos, a dominação da mulher sobre o homem dentro dos casamentos, assim como sua influência política e adoração. No entanto, em contradição à imagem de mulheres puras e nobres, submissas a seus maridos, que chegavam a sujeitar-se à morte diante da condenação destes, o feminismo, proliferado em Roma durante o Império, resultou em mulheres viciadas em álcool, gluttonas e que, com o objetivo de “Viver a vida”, traíam seus maridos sem a menor demonstração de medo ou pudor. A nova legislação atuante no Império dava à mulher igualdade de direito no que se referia ao adultério e sua punição, além de dispor de uma maior facilidade para o divórcio. Não havia severidade suficiente na legislação para por fim aos casos de adultérios, mas foi a facilidade de contrair divórcios que reduziu seu número.

Foi com o objetivo de fomentar a natalidade que Augusto redigiu leis que incentivavam o divórcio, de modo que os casamentos estéreis fossem desfeitos e novas e férteis uniões fossem legalizadas. No entanto, a facilidade proveniente destas leis acabou por resultar numa epidemia de divórcios, principalmente no meio da aristocracia, ambiente onde as leis augustanas exerciam maior força. Os casamentos *sine manu*, ao diminuir a autoridade do marido, concedia direitos iguais às mulheres, inclusive o direito de divorciar-se. Caso o matrimônio da mulher fosse adquirido sob o poder de seus ascendentes ou próximos agnatos, cabia, a uma palavra destes, o rompimento da relação. Caso a mulher já houvesse perdido seus pais; cabia a ela mesma pronunciar o rompimento do matrimônio.

Se, por um lado, os divórcios foram facilitados, a ruptura dos noivados foi proibida, visto o grande número de noivados que eram rompidos como forma de os celibatários adiarem suas bodas, fugindo às leis e sanções. Outro fator diferencial na questão dos divórcios foi o dote. Com as novas leis, a mulher agora, ao divorciar-se podia reaver seu dote, o que lhe asseguraria uma oportunidade de um novo casamento. Com essa mudança, muitos casamentos passaram a ser ainda mais superficiais, pois o que passou a conservar muitas uniões não foi o amor, mas o dote que seria perdido no caso de uma separação.

Juntamente com a mudança de República para Império, novas leis foram efetivadas. Leis essas que mudaram quase que por completo a idéia de casamento na Roma Antiga. Os costumes e comportamentos femininos mudaram, o papel da mãe e esposa foi revolucionado e quase abolido, a criação dos filhos foi afetada e prejudicada e o aspecto religioso, antes enfatizado no matrimônio, foi deixado para trás.

Podemos perceber a divergência entre os pontos de vista discutidos pelos três autores estudados em suas obras, durante os seguintes trechos:

“O amor (...) é o gênio que permite a todos comunicar-se com o princípio universal da vida. O amor dá ao mortal o meio de triunfar sobre a própria morte e perpetuar-se em sua raça e em suas obras”.
(GRIMAL, 1991 p. 332)

“O amor conjugal era sorte, não base do casamento nem condição do casal. Todos sabiam que o desentendimento era um flagelo difundido por toda parte e resignavam-se; os moralistas diziam que, aprendendo a suportar as falhas e os humores de uma esposa, o homem se formava para afrontar as penas do mundo”. (VEYNE, 1990)

“Nenhuma mulher podia corar por romper o casamento, pois as damas mais ilustres haviam adquirido o hábito de contar seus anos não pelos nomes dos cônsules, e sim pelos dos maridos. Divorciavam-se para se casar. Casam-se para se divorciar” (CARCOPINO, 1990 p.124)

Ainda que se contrapusessem em alguns aspectos de suas teses, tanto Carcopino, quanto Grimal e Veyne trouxeram à luz as grandes mudanças que envolveram o conceito de casamento na Roma Antiga. As crenças, leis e costumes relacionados ao casamento, vividas durante o Império, serviram para elaborar novos conceitos acerca do que seria esta instituição para os romanos, assim como a importância do amor para este povo e sua posição, bem como a da mulher, dentro das diferentes formas de casamento.

Sobre esta mudança de costumes, crenças e conceitos na Roma Imperial, Grimal nos traz uma reflexão interessante, seguida de um questionamento, onde ambos nos fazem ver que aquilo que foi vivenciado em Roma, foram as buscas por soluções para as exigências da época dentro daquele determinado contexto. Grimal conclui dizendo:

“Não pensaremos que Roma foi apenas a Babilônia impura, dos amores monstruosos, evocados com muita freqüência: ela tentou conciliar as exigências morais e sociais, com as quais o amor tantas vezes conflita, e as aspirações mais profundas da alma, que é perigoso mutilar. Será conseguido resolver esse problema? Provavelmente não, mas sem dúvida porque ele é insolúvel. Houve no mundo alguma sociedade à qual se possa reconhecer o mérito de tê-lo conseguido?” (GRIMAL, 1991 p. 334)

BIBLIOGRAFIA

CARCOPINO, Jérôme. **Roma: No Apogeu do Império**. São Paulo: Companhia das Letras; Circulo do livro, 1990.

GRIMAL, Pierre. **O amor em Roma**. São Paulo: Martins fontes, 1991.

VEYNE, Paul (org.). **História da Vida Privada: Do Império Romano ao Ano Mil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.